

# Euclides da Cunha: a marca de um drama

Texto originalmente publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em junho de 1967.

**n**a única vez em que discursou nesta Casa, ao assumir sua cadeira de sócio correspondente, para a qual fora aclamado, Euclides da Cunha fez questão de declinar a qualidade de brasileiro, como o maior dos títulos de que se poderia orgulhar aquele que era, já então, o autor glorioso e nacionalmente festejado de *Os Sertões*. O título de brasileiro, salientou, não é coisa que se recebe, mas uma posição que se conquista. Dirigindo-se ao venerando presidente do Instituto, conselheiro Olegário Herculano de Aquino e Castro, e na presença de luminares, como o visconde de Ouro Preto, o barão Homem de Melo, Oliveira Lima, Capistrano de Abreu, José Veríssimo e Rocha Pombo, entre outros, o recipiendário explicou a todos eles, que o ouviam mais ou menos assombrados, o sentido que dava à palavra brasileiro. “Semelhante título não no-lo pode dar, na sua estrutura complexa, o fortuito do nascimento numa quadra do chão ou os atributos artificiais de uma Constituição parodiada”.

E em meio à expectativa, pelo inesperado das palavras que proferia, o orador continuou a discorrer, como num monólogo atrevido, sobre as “vicissitudes da nossa existência coletiva, com os seus desvios, com os seus recuos, com os seus decompassados arrojados de seguidos subitâneos desfalecimentos, e com as grandes curvas quase fechadas que fazem do Brasil exemplo único, a estear a fantasia filosófica de Vico, porque trouxeram a Idade Média até o nosso tempo, irmanando o feudalismo retrógrado dos donatários, que os alvarás nomeavam, com o feudalismo anárquico dos governadores, que as eleições não elegem [...]”

Aos ouvintes atônitos, o novo sócio correspondente assim completou a insólita exegese histórico-sociológica do vocábulo Brasileiro: “[...] tudo isto, toda essa agitação tumultuária, onde raro se destaca o caráter social dos acontecimentos, nos revelaria que aquele título não é uma coisa que se recebe, senão uma posição que se conquista, e acarreta deveres tão sérios que quem a merece não sabe distinguir os compatriotas de boa vontade pelas fórmulas inexpressivas e artificiosas dos partidos”.

Comparando-se a “um grego antigo transviado nas ruas de Bizâncio...”, Euclides da Cunha afirmou, por fim, no seu discurso de posse, que entrava para o Instituto Histórico à procura de “um admirável e



Casa de Cultura Euclides da Cunha, São José do Rio Preto

consolador exílio, um degredo” que lhe permitisse “ligar a vida objetiva transitória à grande vida imortal da Pátria, sem que percam a contemplação de seus aspectos formosíssimos dela, um belo ostracismo que escapou a todas as tiranias, porque é um prêmio – um exílio no tempo [...]”.

Nesse discurso explosivo e quase brutal de ingresso na velha Casa de Dom Pedro II, o ressentimento pessoal se diluiu no tom

pungente de uma declaração de amor à Pátria, de um amor que sentia talvez não ser correspondido. Euclides da Cunha não fora ainda convocado pelo barão do Rio Branco para o Itamaraty. Marcava passo na sua modesta carreira de engenheiro de obras públicas, acampado numa pequena cidade do interior paulista, preso pelas contingências da vida material à situação medíocre de funcionário, obrigado a exercer uma atividade que não era a da sua vocação, nem a de seu destino: a de viver exclusivamente para as letras, estudando e escrevendo os seus livros.

Foi, aliás, esse descompasso que marcou o drama íntimo do escritor-engenheiro. Jamais acertaria os ponteiros entre aquilo que desejava mesmo realizar e o que era forçado a fazer para comer o pão amargo e quase sempre escasso de todos os dias.

Na Escola Militar, carreira que não havia escolhido, mas na qual acabou ingressando por um imperativo econômico, o cadete número 308 transformara-se numa espécie de carneiro preto, que um gesto de rebeldia, perante o ministro da Guerra, há de lhe conferir a imagem incômoda e distorcida de um adolescente neurótico. Formado em engenharia, não se identifica com a profissão, construindo pontes e cadeias, agitando-se, obscuramente, sem horizonte, “desde o estilo aleijado dos officios à alma tortuosa dos empreiteiros”. Obrigado “a calcular momentos de flexão de uma viga metálica” ou a alinhar “as parcelas aritmeticamente chatas de um orçamento”, perdia-se em mil pequeninos detalhes de uma ocupação para ele estéril, pois todo o seu interesse estava voltado para a obra ainda irrealizada de escritor.

Há de sentir-se, como disse, “um intruso em todas as carreiras”. Mesmo depois de adido ao gabinete do ministro das Relações Exteriores, ao retornar da expedição ao Purus, vestindo de novo a túnica burocrática, que lhe pesa como uma armadura medieval, encarregam-no de redigir instruções técnicas para a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré ou de corrigir mapas antigos ou traçá-los de acordo com os textos dos tratados e documentos colo-

niais. Não que desprezasse o trabalho de cartógrafo. Pelo contrário, chegou mesmo a interessá-lo, e muito, a ponto de reconhecer que fora atacado de *mapite aguda*. Mas a verdade é que não conquistará no Itamaraty função definida, muito menos definitiva, sem a estabilidade ou a garantia de qualquer outro servidor público. A estabilidade só virá com a conquista da cátedra de Lógica, no Colégio Pedro II, pouco antes de seu trágico desaparecimento.

O pior é que tinha de se resignar a tudo isso, pois não estava incluído na categoria dos “felizardos vadios”, mas na daqueles que, “tendo adquirido uma reputação às vezes bem falsa de impulsivos ou de inconstantes, não querem aumentá-la com atos que pareçam ser precipitados”. Tinha que trabalhar para sustentar a família, cada vez mais numerosa, sempre com uma boca a mais para alimentar. Enquanto os filhos cresciam e se multiplicavam, indagava a Oliveira Lima: “Como traçar a linha reta da vida com tantas mãozinhas a nos puxarem pelas abas do casaco?”. Desejou ardentemente ser deputado, e acabou professor secundário.

Em toda a sua curta existência, somente por duas vezes encontrara oportunidade de elevar-se acima da mediocridade: com a missão jornalística a Canudos de que fora encarregado por Júlio Mesquita, diretor do *Estado de S. Paulo*; e com a missão de reconhecimento do Alto Purus, que ele próprio havia pleiteado junto ao barão do Rio Branco, apesar de todas as dificuldades que teria pela frente. “Para mim”, confidenciou a José Veríssimo, “esse seguir para Mato Grosso ou para o Acre ou para o Alto Juruá ou para as ribas extremas do Maú, é um meio admirável de ampliar a vida, e de torná-la útil e talvez brilhantíssima”.

E, de fato, nessas duas oportunidades, concretizaria Euclides da Cunha o grande sonho da sua angustiada mocidade: “a desgraça de ser escritor um dia”. Da primeira, nasceriam *Os Sertões*. Da segunda, *Um Paraíso Perdido*, o livro que não ficou apenas no belo título miltoniano, pois dele restam as páginas imorredouras que abrem o seu *A Margem da História* e a obra-prima

que é o capítulo do “Judas Ahsverus”.

Em novembro de 1903, época do seu ingresso no Instituto Histórico, o autor subitamente consagrado de *Os Sertões* exercia, em caráter precário, as funções de engenheiro da Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo, engenheiro-chefe do Distrito de Guaratinguetá, com residência em Lorena. Rodrigues Alves mal havia completado o primeiro ano de seu governo. Enada prenunciava a grande obra administrativa que o antigo conselheiro do Império ia realizar. A República parecia entrar em retrocesso, sob o comando do Partido Conservador e das velhas oligarquias que giravam em torno das chefias provinciais. Era a situação herdada do quadriênio anterior, quando se iniciara a política dos governadores, com a degola das oposições e a assimilação dos monárquicos à ordem vigente desde 1889.

Dentro desse quadro é que deve ser compreendido o discurso de Euclides da Cunha no Instituto Histórico, como protesto do republicano das primeiras horas, que acompanhava, desalentado, o desmoronar da República por cujo advento tentara quebrar o espadim de cadete da Escola Militar, arremessando-o aos pés do ministro da Guerra. A República, que levava ao desespero idealistas como Deodoro, Benjamin e Aristides Lobo, desiludiria também os homens da geração mais moça, a geração de Euclides, homens como Silva Jardim, Raul Pompéia, Fausto Cardoso, e todos eles, por coincidência, desapareceriam tragicamente, violentamente. Todos, inclusive o próprio Euclides, não teriam o defeito que considerava “a mais bela imperfeição da nossa vida: o defeito de viver demais”.

Silva Jardim e Raul Pompéia foram “cassados” pela República, que tinham ajudado a fundar, deixando de figurar nas chapas oficiais à Constituinte de 91, numa lista por sinal bem extensa de proscritos ilustres: Lúcio de Mendonça, Pedro Lessa, Martins Júnior, Clóvis Beviláqua, Inglês de Sousa... Fausto Cardoso, ainda vivo e atuante, não tardará a eclipsar-se, como um alucinado suicida, ao enfrentar a força armada que cercava o palácio presidencial,

em Aracaju, para morrer em holocausto à República que o havia repudiado.

No Instituto Histórico, casa venerável e infensa à política partidária, Euclides da Cunha atirara a sua bomba de petróleo, talvez de caso pensado. “Revolucionariamente”, disse a Coelho Neto, ao relatar-lhe a posse e o espanto que provocara. No entanto, não veio a reação que esperava. O discurso-protesto não teve eco na imprensa submissa ao governo. “Os jornais limitaram-se a transcrever a resposta do conselheiro Corrêa que pronunciou o seu 10.008º discurso”, ironiza Euclides na mesma carta a Coelho Neto, para concluir algo desapontado: “Não transcreveram o meu; não podiam arquivá-lo, tão a fundo, tão de frente, embora sob um aspecto geral, eu feri o presente abominável em que estamos”. Restava-lhe a compensação, o acolhimento que tivera dentro do próprio Instituto. “Sem vaidade”, acrescenta, “tive, por alguns momentos, em torno de mim, a simpatia tocante de alguns trêmulos velhinhos, e aqueles minutos irão consolar a minha vida inteira...”.

O *Jornal do Comércio* brilhou pela exceção. Foi o único a publicar o discurso-bomba. E Euclides da Cunha se apressa a comentar o fato, em carta a outro amigo, o fiel Francisco Escobar: “Já leste no *Jornal* de 26 o meu discurso no Instituto Histórico? Discurso, não: um desabafo. Leste a lista dos que lá estavam: era o Brasil, o Brasil velho e bom. Que felicidade, meu amigo! Não te rias: tive os olhos empanados de lágrimas quando, finda a sessão, aquelas mãozinhas trêmulas e mirradas se agarraram, num agradecimento mudo, à minha mão nervosa...”

Euclides vivia, por essa época, um estado de espírito por assim dizer anti-republicano. Pouco antes, em carta ao mesmo Escobar, derramara o seu pote de fel: “[...] a nossa raça está liquidada. Deu o que podia dar: a escravidão, alguns anos de heroísmo amalucado, uma república hilariante e por fim o que aí está – a bandalheira sistematizada”. (A carta é datada de Lorena, 10/4 de 1892, informa Brito Broca, em *A Vida Literária no Brasil – 1900*, e foi pela

*Euclides (de pé  
à esquerda)  
com grupo  
formado no  
Itamaraty,  
entre os quais  
Afonso Arinos,  
Barão do Rio  
Branco, Graça  
Aranha e  
Cásper Líbero*

primeira vez divulgada na “Página Literária” de *A Gazeta*, São Paulo, 22/3/1952, pelo escritor Alves Mota Sobrinho, que a retirou do ineditismo.)

Era natural, pois, se sentisse à vontade junto aos “trêmulos velhinhos” do último reduto monárquico, que era o Instituto Histórico daquele tempo. Julgava-se então mais do que esquecido, desprezado pela República, como um condenado no seu pequeno mundo de engenheiro-burocrata. A sua “engenharia rude, engenharia errante, romanesca e estéril”, repartida na fiscalização das obras, como chefe de operários, e nos afazeres das letras, “a estudar nos trens de ferro, dos *trollys* e até a cavalo”.

Partira de Max Fleiuss, que já era o cireneu do Instituto, a iniciativa da eleição, e o autor de *Os Sertões* recebera com desvanecimento “o honrosíssimo cargo de sócio correspondente”, bem como a idéia, também de Fleiuss, de escrever uma memória sobre o Duque de Caxias, o que não pôde, afinal, levar a termo, embora passas-

se a dedicar as “raras horas de folga” ao estudo da vida do grande soldado, conforme se lê numa das suas cartas de meados do ano de 1903.

Que diria ele de Caxias, que passa apenas de raspão, como um relâmpago, em meio à tormenta da Guerra do Paraguai, no ensaio “Da Independência à República”? A pergunta, que certamente ficará sem resposta, encerra tanto ou maior curiosidade para o historiador que outra, esta passível de um dia vir a ser revelada, a sua resposta a uma carta que lhe remetera o príncipe Dom Luís de Orleans e Bragança, herdeiro presuntivo do trono brasileiro, sobre *Os Sertões*, “oito páginas maciças, escritas num português impecável e surpreendente”, dirá Euclides ao seu grande amigo e correspondente, Francisco Escobar.

A carta de Dom Luís e a resposta de Euclides não foram até agora divulgadas. Permanecem inéditas, restando-nos a esperança de serem ambas descobertas por algum pesquisador, quem sabe o escritor Ale-



Casa de Cultura Euclides da Cunha, São José do Rio Preto

xandre Eulálio, que há tempos promete uma biografia do filho predileto da princesa Isabel. De Dom Pedro II, que chamaria “o epítome vivo do Brasil”, pouco depois da sua entrada no Instituto Histórico, Euclides traçaria, em rápido desenho, um perfil simpático, ao tentar estabelecer o paralelo entre a nossa quietude monárquica, imune de caudilhos, e a “atividade revolucionária e dispersiva da política sul-americana”.

Os monarquistas aplaudiriam *Os Sertões* porque nele viam um livro-vingador, um libelo contra a República. Os restauradores uniam-se aos jagunços, para derrotar, pelo menos moralmente, os jacobinos, mas não se davam conta de que o livro de Euclides da Cunha era o avesso do livro de Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, de exaltação quase lírica ao parlamentarismo imperial. O que um denunciava, o abandono das nossas populações rurais, o outro escondia, na roupagem vistosa do que se convencionou chamar, ainda hoje, “democracia coroada”. Nunca, porém, os dois Brasis – o urbano-conservador e o sertanejo-oprimido – repontaram de modo tão vivo e palpitante como nesses dois painéis majestosos, escritos sobre as ilusões e as decepções dos primeiros anos do regime republicano.

Eis a questão, proposta por Euclides, no entanto ainda hoje insolúvel: a integração nacional. O litoral e o sertão, o civilizado e o bárbaro, a dicotomia prevalece no Brasil dos nossos dias e está a constituir, hoje, como ontem, um desafio permanente àqueles que desejam transformar este país numa grande nação, talvez a primeira nação do mundo, dentro da ordem e do progresso, tal como queria Benjamin Constant.

Discípulo do fundador espiritual da República, Euclides da Cunha vivera o mesmo sonho. Colaborou para a instauração do regime, e pensou mesmo, desde a primeira mocidade, em participar da política. Quando se tratou da elaboração das chapas para o Congresso Constituinte de São Paulo, em 1891 (tinha apenas 25 anos), o seu nome foi lembrado para deputado, possivelmente por Júlio Mesquita; é esta, pelo menos, a suposição de Francisco Venâncio Filho, tão

ligado ao autor de *Os Sertões*, e que publicou a carta de Euclides dirigida a um “ilustre amigo”, na qual se propunha a ser “no Congresso o que sou aqui – um trabalhador”. Aqui, isto é, na redação do *Estado de S. Paulo*.

A política exercia sobre ele uma força de atração e repulsão. Desejava-a, sem dúvida. Mas o seu temperamento não se ajustaria, com certeza, aos conchavos dos corrilhos partidários, das igrejinhas eleitorais. Por isso, advertia o amigo: “Apesar de uma mocidade revolucionária, sou um tímido. Assusta-me qualquer conceito dúbio ou vacilante. E está nisto explicada mesmo a anomalia de ter permanecido engenheiro obscuro até hoje, num regime cuja propaganda me levou até a revolta e ao sacrifício franco, como sabe”.

A par da timidez, a dignidade e o orgulho, mais fortes que a ambição política, acabaram impondo a sua posição de solitário. Jamais se prevaleceu da condição de genro do general Solon, militar poderoso no primeiro instante, pelo prestígio que desfrutava na guarnição da Corte e pela consideração que lhe dispensava o marechal Deodoro. Solon fora o elemento decisivo no levante do Campo de Sant’Ana, na manhã de Quinze de Novembro, no testemunho autorizado de Quintino Bocaiúva. Fora o companheiro escolhido pelos revolucionários para a missão de parlamentar com o imperador, levando-lhe o ultimato da renúncia e a ordem de banimento. No entanto, Euclides nada pleiteou, nada pediu para si.

Contando com a estima e a admiração do marechal Floriano, jamais o cortejou. Só se defrontou com ele uma vez, comparecendo ao Palácio Itamaraty, a chamado do presidente da República, e assim mesmo constrangidíssimo, enfiado na sua farda de segundo-tenente, “e atrapalhado com a espada”.

A cena é descrita em carta a Lúcio de Mendonça, um documento do mais alto valor biográfico pela conotação psicológica dos dois caracteres antagônicos: o do escritor e do militar. O escritor surpreendera-se com o à vontade de Floriano, que lhe dá uma recepção carinhosa, começando por

gracejar do uniforme: “Veio em ar de guerra... não precisava fardar-se. Vocês aqui entram como amigos e não como soldados”. (“O Marechal de Ferro falava como se eu fosse de açúcar.”)

Mas deixemos que o missivista tome a palavra: “O grande doador de posições, referindo-se à minha recente formatura e ao meu entusiasmo pela República, declarou-me que *tendo eu direito* [grifado no original] a escolher por mim mesmo uma posição, *não se julgava* [grifado no original] competente para indicá-la... Que perspectiva! Basta dizer-lhe que estávamos em pleno despencar dos governadores estaduais!... E eu (nesta época sob o domínio cativante de Augusto Comte, e que isto vá como recurso absolutório) declarei-lhe ingenuamente que desejava o que previa a lei para os engenheiros recém-formados: um ano de prática na Estrada de Ferro Central do Brasil”.

E Euclides da Cunha assim encerra o impressionante relato: “Não lhe conto o resto. Quando me despedi, pareceu-me que no olhar mortiço do interlocutor estava escrito: *nada vales*” (grifado no original).

Certamente, nesse pequeno trecho de prosa afetiva está como que refletida a gênese do perfil do Marechal de Ferro, depois estampado no *Contrastes e Confrontos*, um retrato cruel do grande homem, na verdade grande homem frustrado, e que, nas palavras de Euclides, “cresceu, prodigiosamente, à medida que prodigiosamente diminuiu a energia nacional”. Retrato em que a nota depreciativa prepondera nos traços em que o artista procura reconstituir a fisionomia de Floriano Peixoto: “Subiu, sem se elevar – porque se lhe operara em torno uma depressão profunda. Destacou-se à frente de um País, sem avançar – porque era o Brasil quem recuava, abandonando o traçado superior das suas tradições [...]”.

Agora, com a novidade, a descoberta do tique de um “meio sorriso mecânico”, lá está também o sinistro “olhar mortiço”, quando o retrato se reduz ao grotesco caricatural: “Aparecia o marechal Floriano com o seu aspecto característico de eterno convalescente e o seu olhar perdido caindo

sobre todos sem se fitar em ninguém. Sentava-se, vagarosamente; e no silêncio, que se formava de súbito, lançava uma longa e pormenorizada resenha dos achaques que o vitimavam”.

Nem Rui Barbosa, com sua alicantina por tabela, dirigida contra Floriano, retratando-o através do dr. Francia, e cometendo com isso uma dupla injustiça, foi tão duro e impiedoso. Nem Lima Barreto, anarquista que aguardava indisfarçada nostalgia monárquica, ao descrever a audiência presidencial, no *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, e faz surgir a figura do Marechal, com o seu “olhar mortiço, redondo, pobre de expressões”, como que glosando a carta de Euclides a Lúcio de Mendonça, decerto desconhecida do romancista.

Que Rui Barbosa e Lima Barreto fossem desafetos de Floriano, não surpreende. Mas, em Euclides!, chega a ser inconcebível esse desamor. Em artigos do mais rubro republicanismo, publicados no *Estado de S. Paulo*, apoiara valentemente Floriano Peixoto, contra os que tramavam a sua destituição. Ademais, Floriano era para a geração de Euclides um verdadeiro ídolo, a própria personificação do soldado-povo, já que o Exército, à falta de povo, seria, para os republicanos, especialmente para a juventude republicana, “a grande arma do destino providencial”, na expressão exaltada de um Raul Pompéia!

Represado fortemente pela timidez, o temperamento ultra-sensível de Euclides da Cunha o conduziria a reações imprevisíveis de audácia e até mesmo aos impulsos incontidos de cólera. Voltava depois à sua timidez, à pacateza a que se habituara, como um legítimo “homem da roça”, ou melhor, ao conformismo do caboclo, incapaz de fazer, como se diz hoje em dia, a sua própria promoção. Os rasgos de audácia ficavam para os livros, para o historiador quase panfletário de *Os Sertões*, para o ensaísta das páginas mais fortes de *Contrastes e Confrontos* e de *A Margem da História*.

Sua pobre vida doméstica é, no entanto, um amontoar crescente de derrotas. Não consegue formar uma biblioteca, não possui sequer um canto para o seu trabalho

intelectual. Mesmo longe da esposa e dos filhos, no seu “triste ofício de engenheiro”, está permanentemente preocupado com os seus deveres de chefe de família, sem saber como vencer as miudezas do cotidiano, sem resolver os pequenos grandes problemas materiais que se amontoam. E o homem sensível, fora do seu universo de abstrações, torna-se cada vez mais inseguro, mais instável, mais irascível. A tudo isso, juntar-se-á a tuberculose, a doença que não perdoava, naquele tempo. A tísica começara a corroer-lhe o organismo frágil. E, além da tuberculose, o impaludismo, que havia contraído em Manaus. Ao fim da vida, a sensação era a de se ter metamorfoseado numa peteca, como chegou a dizer, em momento de depressão, numa das suas cartas, uma peteca que o destino se comprazia em jogar de lá para cá por entre os escombros dos sonhos desfeitos e das decepções acumuladas de sua existência dilacerada.

Mas sempre tinha forças para renascer, somando as energias que ainda lhe sobravam, a aceitar grandes e penosos trabalhos, como o da Comissão de Reconhecimento dos Purus, ou a pensar em influir de um modo decisivo na política nacional, ideal que vinha da juventude, dos tempos animosos da propaganda republicana. A Francisco Escobar, que em 1908 havia lembrado sua candidatura a deputado federal por Minas Gerais, Euclides se empolga, ante a perspectiva de contar com o apoio do barão do Rio Branco junto a Afonso Pena e João Pinheiro.

“Com efeito”, escrevia ao amigo distante, “qualquer que seja a minha desvalia noutros assuntos, poderei esclarecer em muitos pontos os debates que, inevitavelmente, se travarão no seio do Congresso. Pelo menos, serei um franco-atirador contra os que arremeterem com a vigorosa política exterior do nosso único grande homem”. E, depois desse rompante quase pueril, caindo em si, observa em tom bem mais realista: “Há uma coisa, entretanto, que me desinflui um pouco: o caso da Bahia (1) demonstrou-nos, exemplarmente, as ‘fatalidades do poder’... Mas destas a tua lúcida e sólida experiência dos homens já

deve ter-te esclarecido, e acerca dos melhores rumos para flanqueá-las”.

Uma ducha de água fria em cima de tanto fogo! Tudo não passava, e não passou, efetivamente, ao que parece, de pura ilusão. É muito possível que a timidez de Euclides o tenha impedido de pleitear junto a Rio Branco que fosse o padrinho da sua candidatura. Nos quatro anos que serviu no Ministério das Relações Exteriores, conservaria a mesma atitude distante e respeitosa para com o barão, “comovido e tímido como um estudante em hora de exame”, postura do primeiro encontro, segundo o depoimento de Domício da Gama, de certo modo mantida durante todo o convívio com o chanceler, pois nunca deixaram de tratar-se com a maior cerimônia: “Vossa Excelência, senhor Barão”, – “o senhor, doutor Euclides”, conforme o testemunho de Francisco Venâncio Filho.

E nesse testemunho de um amigo dileto, como que se está a ver a figura imponente do barão do Rio Branco, ultracivilizado, diante do desajeitado caipira que era Euclides da Cunha, “um cariri perfeito”, no flagrante fixado por Silvio Romero. Ainda em 1907, o próprio Euclides assim se refere aos seus contatos com Rio Branco: “Continuo a aproximar-me dele sempre tolhido, e contrafeito pelo mesmo culto respeitoso”.

Já tentei, certa vez, esclarecer esse ponto obscuro da biografia euclidiana. Procurei em vão qualquer indicação positiva nos papéis de Rio Branco, que estão sob a guarda do Arquivo Histórico do Itamaraty. E na coleção João Pinheiro, que se encontra no Arquivo Público Mineiro, perlustrei, em companhia do seu ilustre diretor e meu querido amigo, dr. João Gomes Teixeira, toda a correspondência ativa e passiva do grande líder republicano, e nada achamos acerca da candidatura de Euclides da Cunha a deputado federal.

Em *A Vida Literária no Brasil – 1900*, Brito Broca endossa a “versão corrente” na época em que os donos da política acabaram vetando o nome “pelo fato do escritor não ser mineiro”. Mas ousou admitir que a candidatura nem sequer chegou a ser postulada, em termos partidários. Naquele tem-

1 Refere-se à cisão do Partido Republicano da Bahia, em consequência das divergências entre o senador Severino Vieira e o governador José Marcelino; o primeiro havia vetado o candidato oficial à sucessão do segundo.



po, mesmo durante a fase renovatória do jardim de infância, é certo, a seleção de nomes para a composição das chapas de deputados não obedecia a um critério exclusivo de valores, mesmo de valor intelectual. O exclusivismo mineiro só abria exceções a um Calógeras ou a um Davi Campista, ambos nascidos no Rio de Janeiro, mas que haviam adquirido a cidadania estadual depois de um longo e dedicado noviciado.

Além disso, os dirigentes da política mineira, mesmo os mais esclarecidos, como Afonso Pena e João Pinheiro, não aceitariam nas fileiras do PRM um candidato a deputado que se jactava de vir a ser um franco-atirador, disposto a destruir “a esterilidade de um Congresso de resignados, tolhido por toda espécie de compromissos”. Quanto ao propósito de Euclides de defender a política externa de Rio Branco – “nosso único grande homem vivo” –, a bancada mineira se desfalcara, de fato, desde 1905, daquele que fora o campeão parlamentar do Tratado de Petrópolis, enfrentando na Câmara a oposição cerrada dos oito deputados comandados pelo intrépido Barbosa Lima.

Esse campeão foi Gastão da Cunha, que abandonara a política para ingressar na diplomacia, talvez com um certo alívio dos chefes locais, isto é, dos coronéis da Tarasca, que mandavam e desmandavam nos seus feudos eleitorais. Vale, a respeito do próprio Gastão da Cunha, a observação de Rodrigo M. F. de Andrade: “Os homens que dominavam e dominariam em Minas, embora apreciando e utilizando eventualmente os correligionários mais dotados e cultos, preferiam-lhes sempre companheiros menos brilhantes, mas que se prestavam às manobras partidárias, pequenas ou de longo alcance”.

Mesmo que fosse apoiada pelo barão do Rio Branco, a candidatura de Euclides da Cunha, quero crer, não sensibilizaria os políticos, de Minas Gerais ou de qualquer outro Estado. Nem o Itamaraty, ou seja, a necessidade de defender a política externa seria pomo de discórdia para Afonso Pena ou João Pinheiro. O ardoroso pan-americanismo de Joaquim Nabuco, contido

pela prudência e habilidade de Rio Branco, só encontrava opositores ferrenhos entre os monarquistas. Barbosa Lima era *avis-rara* no grupo dos republicanos históricos, todos absolutamente favoráveis a uma maior aproximação com os Estados Unidos.

A tendência vinha de longe. Benjamin Constant advogara, em fevereiro de 1890, nas reuniões do Governo Provisório, “transações com os Estados Unidos”, uma vez “que o nosso crédito na Europa está abalado, ameaçando-nos um desastre financeiro”. Rui Barbosa levantara objeções, mas acabou por concordar: “Isso convém para desligarmo-nos de compromissos com os banqueiros europeus [...]”. “Sigamos a política de Monroe”, rematou fazendo coro com Benjamin.

Já em julho, as dificuldades pareciam removidas. Os americanos baixavam a taxa de juros. Registra a ata da reunião: “O sr. general Benjamin Constant pensa, como sempre, que se deve fazer política exclusivamente americana, tanto mais quanto, segundo informações do nobre ministro da Fazenda [Rui Barbosa], é bem possível que tenhamos nos Estados Unidos o dinheiro muito mais barato do que até hoje temos tido[...]”. E Benjamin acrescenta: “A propósito da estima manifesta dos Estados Unidos pelo Brasil diz que o Almirante Walker declarou-lhe que ia fazer evoluções que denotam essa estima, e pede que vá também uma esquadilha nossa especialmente agradecer a gentileza do governo americano”.

Pelo mesmo diapasão, pensava o jovem Euclides da Cunha, assim escrevendo, por essa mesma época, num dos seus artigos do *Estado de S. Paulo*: “Realmente, se esta política americana, toda civilização e paz, ideada por Monroe, não é uma utopia irrealizável, e se de fato, embora sem a base orgânica de um código fundamental comum, a vasta confederação das repúblicas americanas, graças à uniformidade dos sistemas políticos, é um fato de ordem moral, sobranceiro às fronteiras – podemos compartilhar das glórias que advirão à América pelo condensar na sua metrópole comercial as maiores criações do esforço humano”.

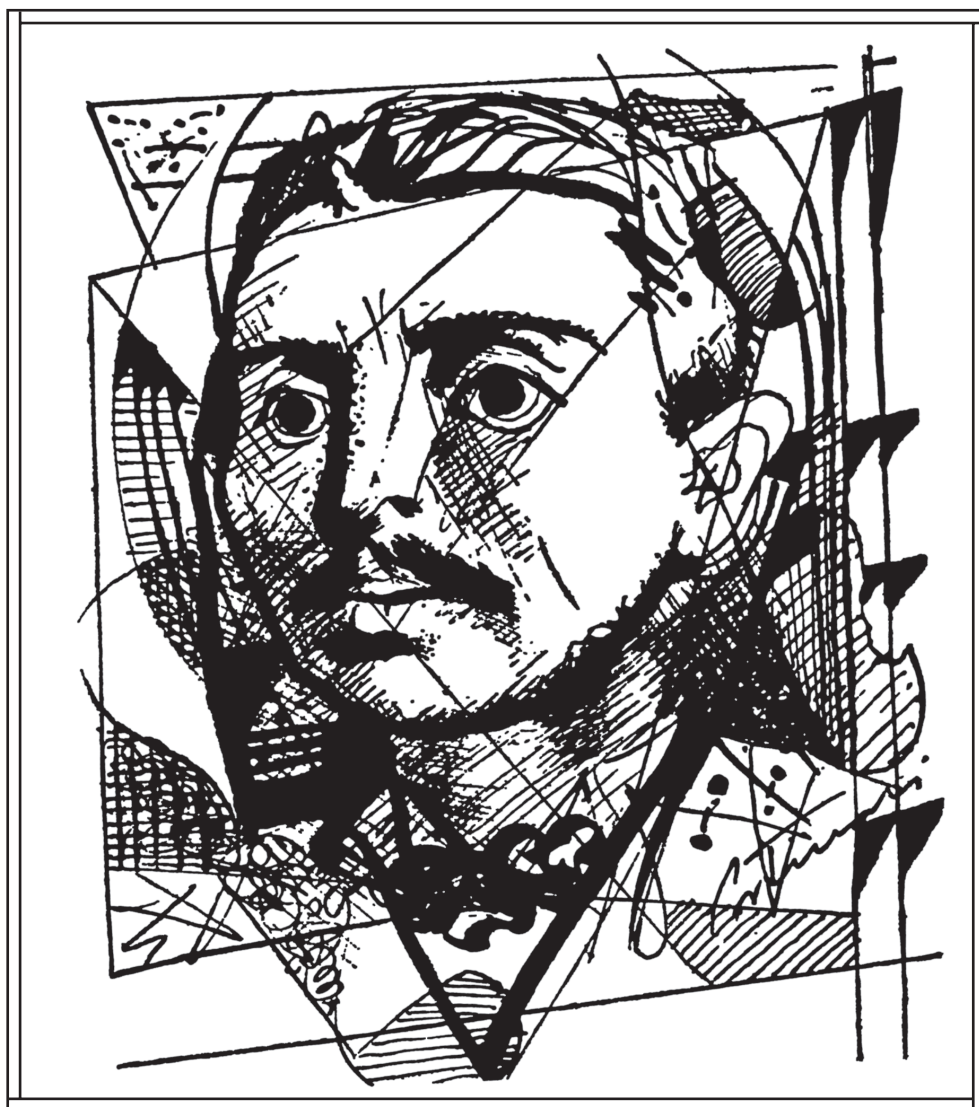
E mais: “Fomos os últimos a incorpo-

rarmo-nos à pátria americana. É isto, porém, um motivo para que sejamos os primeiros a compreendê-la e elevá-la”. Se assim pensava, na mocidade, ao lado de Benjamin Constant, seu antigo mestre e doutrinador na Escola Militar, Euclides da Cunha afinará, na idade madura, com o pensamento do barão do Rio Branco, o brasileiro a quem mais admirava, na mesma linha tática seguida pela maioria dos políticos brasileiros do tempo, convictos de que a guinada pan-americanista significaria a nossa libertação da dependência econômica européia.

Pensava e agia sinceramente. Como sempre, em tudo que pensou e agiu. O entusiasmo de Euclides da Cunha pelos Estados Unidos transparece no artigo que dedi-

cou ao livro do primeiro Roosevelt, *O Ideal Americano*, lido na edição francesa, e que tanto havia impressionado a um autêntico líder republicano da têmpera de João Pinheiro.

Ao mesmo tempo, o escritor e sociólogo considerava uma utopia a solidariedade sul-americana, segundo suas próprias palavras, “um belíssimo ideal absolutamente irrealizável”. Que continuássemos, pois, “no nosso antigo e esplêndido isolamento”. Pelo visto, a fórmula dos acordos bilaterais parecia-lhe a solução mais aceitável, quicá a mais realista, porque do interesse do Brasil, como a maior nação da América do Sul, em condições favoráveis de estabelecer, governo a governo, um franco entendimento com os Estados Unidos da América.



*Euclides  
em desenho  
de Cândido  
Portinari*

Nesse ponto, as previsões de Euclides não se coadunam com a evolução da política internacional na América Latina, em seu aspecto mais progressista, o das correntes que resistem ao bilateralismo, e antes se empenham na consolidação de organismos técnicos multilaterais, dinamizadores da luta contra a nossa pobreza, como a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) e a Alalc (Associação Latino-Americana de Livre Comércio). No plano interno, há que salientar, nessa mesma linha, a política de integração econômica iniciada pelo presidente Getúlio Vargas, com a criação da Comissão do Vale do São Francisco e da SPVEA (Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia), continuada pelo presidente Juscelino Kubitschek, em seu programa de metas pelo desenvolvimento nacional, do qual um dos pontos mais expressivos foi certamente o da fundação da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste).

Descrente da capacidade de recuperação da América Latina como um todo, Euclides da Cunha teria, ao revés, uma perfeita e exata compreensão do nosso problema econômico e social, denunciando corajosamente a deturpação federalista que impedia a nossa integração, “um federalismo incompreendido, que é o rompimento da solidariedade nacional”. O principal objetivo da sua ação de escritor militante, antes e depois de *Os Sertões*, seria sempre este de alertar o país contra a concentração de recursos e verbas na área paulista-fluminense-mineira, em detrimento dos pequenos estados. Vivíamos – escreveu Euclides – tateando “entre as miragens de um progresso falaz e duvidoso, até agora medido pelos *stocks* das sacas de café, pelas levas de imigrantes e por umas combinações políticas que ninguém entende”. Não cessaria de clamar contra a “indiferença muçulmana” dos nossos políticos, diante dos grandes problemas nacionais: as secas do Nordeste, o abandono da Amazônia, a devastação das matas, em suma, contra tudo que pudesse significar uma parada na luta pelo progresso do país e ocupação efetiva do seu território.

“Alheamo-nos desta terra” – continuava numa advertência que repercute até os nossos dias. “Criamos a extravagância de um exílio subjetivo, que dela nos afasta, enquanto vagueamos como sonâmbulos pelo seu seio desconhecido”. E, mais forte, mais terrível ainda: “O verdadeiro Brasil nos aterra; trocamos-lo de bom grado pela civilização mirrada que nos acotovela na Rua do Ouvidor; sabemos dos sertões pouco mais além da sua etimologia rebarbativa, *desertus* [...]”. “Não admiram o incolor, o inexpressivo, o incharacterístico, o tolhiço e o inviável da nossa arte e das nossas iniciativas: falta-lhes a seiva materna. As nossas mesmas descrições naturais recordam artísticos decalques, em que o alpestre da Suíça se mistura, baralhado, ao distendido das *landes*: nada do arremessado impressionador dos itambés a prumo, do áspero rebrilhante dos cerros de quartzito, do desordenado estonteador das matas, do dilúvio tranqüilo e largamente esparso dos enormes rios, ou do misterioso quase bíblico das chapadas amplas... É que a nossa história natural ainda balbucia em seis ou sete línguas estrangeiras, e a nossa geografia física é um livro inédito”.

Em seu estilo barroco, as palavras bramem o protesto que ninguém ousara antes levantar. Mas aí está, como que presumido por ele próprio, o sentido criador da mensagem de Euclides da Cunha. A sua visão prospectiva do Brasil está acima de qualquer resquício acadêmico ou desvio sectário das concepções filosóficas em moda ou mesmo daqueles que mais influíram sobre o pensamento do fim do século passado e começo deste: Darwin, Augusto Comte, Spencer, Ratzel, Karl Marx e, no caso particular de Euclides, Cumplowicz. Certamente, recebeu a influência de todos eles, em correntes cruzadas, e jamais escondeu, até mesmo nas suas deficiências, o quinhão de cada um. Mas não seria jamais, e não o foi, de fato, um dogmático, conforme observou com justiça o marxista Rui Facó, no estudo que escreveu sobre “A Evolução do Pensamento de Euclides da Cunha”.

Profeta de um mundo irrevelado, o quadro que pintou dos sertões brasileiros dei-

xará a nação estarecida. A situação de penúria das nossas populações rurais não tivera, até então, o seu anjo-vingador, que brandisse a sua lança com bastante violência para despertar a consciência nacional, indiferente ainda ao grande problema social e humano. Não bastaram as rebeldias sangrentas dos cabanos, dos balaios, dos quebra-quilos. Mesmo no início da República, o massacre de Boa Vista do Alto Tocantins passaria despercebido. Ondas de revolta e desespero, que se perdiam no limbo do sibiritismo metropolitano, sem um Euclides que denunciasse o crime e apontasse os culpados. Canudos seria, porém, diferente. O povo do sertão encontrara, afinal, o seu artista-vingador. E o Brasil litorâneo, o Brasil risonho e trocista da Rua do Ouvidor, viu-se, de repente, envergonhado, diante de uma realidade insuspeitada que muitos insistiam em ocultar: o Brasil selvagem e trágico das caatingas.

Antes de *Os Sertões*, o caboclo brasileiro era pouco mais que um personagem cheio de pitoresco que divertia os poucos leitores da nossa literatura chamada regionalista ou as platéias dos teatros de revista do Rio de Janeiro, o grande centro sensorial da vida nacional. Depois de *Os Sertões* é que o matuto passou a ser visto em toda a dimensão do seu drama obscuro e heróico. Daí por diante, os governos não tinham mais o direito de ignorar o problema. E começaram a surgir as primeiras medidas objetivas no sentido de melhorar as condições de vida do interior brasileiro. O libelo euclidiano determinaria a nova organização da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, sob a orientação técnica de Arrojado Lisboa. O apoio mais vigoroso do governo federal à obra sertanista de Rondon, no período do presidente Afonso Pena, é outro sinal do impacto de *Os Sertões*. A campanha sanitária, com Miguel Pereira à frente, nasceu do debate em torno do grande livro, debate em que se destacou a tese de doutoramento *Natureza Pobre*, do então jovem médico Manuel de Abreu. A Liga Nacionalista, de Júlio Mesquita, despertando para a luta antioligárquica a mocidade de São Paulo, é outro rebate do inconformismo euclidiano.

Avançaríamos mesmo a afirmar que o surto nacionalista dos governos Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, momentaneamente a questão siderúrgica, tem o mesmo sinete, pelo menos, não será difícil encontrar nos discursos, projetos e pareceres desses períodos citações tiradas das obras de Euclides da Cunha.

É que, mesmo terrível, a mensagem euclidiana está impregnada de fé e de confiança no homem brasileiro. Tem um acento bíblico, ao descrever o drama das populações rurais, onde se estampam, nas águas-fortes e nos painéis, o valor e a coragem dos sertanejos e dos vaqueiros, dos seringueiros e dos índios, esquecidos, perdidos, perseguidos e explorados. Todos são vítimas da ausência de integração do colosso brasileiro, do Nordeste ao Amazonas, naqueles lugares em que “o brasileiro salta: é estrangeiro: e está pisando terras brasileiras”. Nesse sentido é que a página do “Judas Ahsverus” parece retirada do Eclesiastes, embora um Eclesiastes às avessas, porque maldiz a indiferença divina em face da desgraça daqueles infelizes, que, entretanto, “não se rebelam, ou blasfemam”.

Eis apenas um trecho da bela página, à guisa de exemplo do seu conteúdo reivindicador, e que faria de *Um Paraíso Perdido* um novo libelo contra a República, com relação ao abandono da Amazônia, tal como o foram *Os Sertões*, com relação ao Nordeste:

“O seringueiro rude, ao revés do italiano artista, não abusa da bondade de seu deus desmandando-se em convícios. É mais forte; é mais digno. Resignou-se à desdita. Não murmura. Não reza. As preces ansiosas sobem por vezes ao céu, levando disfarçadamente o travo de um ressentimento contra a divindade; e ele não se queixa. Tem a noção prática, tangível, sem raciocínios, sem diluições metafísicas, maciça e inexorável – um grande peso a esmagar-lhe inteiramente a vida – da fatalidade; e submete-se a ela sem subterfugir na cobardia de um pedido, com os joelhos dobrados. Seria um esforço inútil. Domina-lhe o critério rudimentar uma convicção talvez demasia-

do objetiva, ou ingênua, mas irredutível, a entrar-lhe a todo o instante pelos olhos adentro, assombrando-o: é um excomulgado pela própria distância que o afasta dos homens; e os grandes olhos de Deus não podem descer até aqueles brejais, manchando-se. Não lhe vale a pena penitenciar-se, o que é um meio cauteloso de rebelar-se, reclamando uma promoção na escala indefinida da bem-aventurança. Há concorrentes mais felizes, mais bem protegidos, mais numerosos, e, o que se lhe afigura mais eficaz, mais visto, nas capelas, nas igrejas, nas catedrais, e nas cidades ricas onde se estadeia o fausto do sofrimento uniformizado de preto, ou fulgindo na irradiação das lágrimas, e gargalhando tristezas... Ali – é seguir, impassível e mudo, estoicamente, no grande isolamento da sua desventura”.

E aqui a nota de esperança, que é também um incitamento à revolta, no estilo opulentamente arrevesado, em que um vocabulário por vezes esdrúxulo como que transmite, mais e melhor, o espírito de combate do escritor:

“Além disto, só lhe é lícito punir-se da ambição maldita que o conduziu àqueles lugares para entregá-lo, manietado e escravo, aos traficantes impunes que o iludem – e este pecado é o seu próprio castigo, transmutando-lhe a vida numa interminável penitência. O que lhe resta fazer é desvendá-la e arrancá-la da penumbra das matas, mostrando-a nuamente, na sua forma apavorante, à humanidade longínqua”.

A presença de Euclides da Cunha, a partir de *Os Sertões*, tornar-se-á um imperativo na vida mental do Brasil. Nenhum outro escritor exercerá uma tão avassaladora influência no estudo dos problemas nacionais, dos problemas de base da nacionalidade, daquilo, em suma, que se chamou, nas vésperas de 1930, a “realidade brasileira”. Será ele o mais autêntico dos inconformistas, a voz mais poderosa dentre os pregoeiros das reformas que a República de 89 não realizou. Por isso fez escola. E, a cada passo, na sua imortalidade, deixou discípulos e

continuadores. No processo de renovação do pensamento brasileiro, que teve um dos seus marcos em *Os Sertões*, repontam os euclidianos: de Monteiro Lobato (não só o do *Urupês*, como também o das *Cidades Mortas*) e Hugo de Carvalho Ramos (*Tropas e Boiadas*) até José Américo de Almeida (*A Bagaceira*) e Jorge Amado (*Cacau* e toda a saga dos romances históricos da fase heróica dos grapiúnas).

No seu *História e Interpretação dos Sertões*, livro notável sob tantos aspectos, Olímpio de Sousa Andrade dá-nos uma imagem celeidoscópica da influência euclidiana, através de escritores nossos contemporâneos, sem esquecer de citar, entre eles, um que veio da Semana de Arte Moderna, Oswald de Andrade, para quem a leitura de *Os Sertões* significou “o compacto desenrolar de um Brasil inédito e autêntico”. Um Brasil não de todo desvendado, na sua grandeza, até mesmo na grandeza dos seus problemas não resolvidos, e que continua a ser revelado euclidianamente por Guimarães Rosa (*Grande Sertão: Veredas*), Herberto Sales (*Cascalho*), Mário Palmério (*Chapadão do Bugre*), Adonias Filho (*Memórias de Lázaro*), Bernardo Élis (*O Tronco*), o Brasil rural, bem diverso do Brasil urbano e cosmopolita do Sudeste, já em franca caminhada de desenvolvimento.

Tem razão Gilberto Freyre quando observa: “Antes de Euclides a paisagem brasileira tivera entre os poetas e romancistas os seus simpatizantes e até mesmo entusiastas: o maior deles José de Alencar. O autor de *Os Sertões* foi o primeiro caso de verdadeira empatia. Simpatia só, não: empatia. Ele não só acrescentou-se aos sertões como acrescentou os sertões para sempre à sua personalidade e ao ‘caráter brasileiro’, de que ficou um dos exemplos mais altos e mais vivos. Uma espécie de mártir”.

Essa empatia, tomada a palavra no seu sentido sociológico mais amplo, ainda hoje, traduz a marca de um drama bem mais terrível que a tragédia passional que pôs fim à vida material do grande escritor. É o drama de quem assistia, impotente, à sua pátria transformar-se pouco a pouco num montão de ruínas. O drama de um escritor

que via, com a lucidez dos iluminados, “o quadro desanimador da nossa existência política”, em meio à “indiferença muçulmana” quase que geral. O drama de um pensador que intuiu, num lampejo genial, que “a tarefa dos futuros legisladores” seria “mais social que política e inçada de dificuldades talvez insuperáveis”. O drama de um republicano que tinha a clara consciência do “artificialismo de um aparelho governamental feito de afogadilho e sem a medida preliminar dos elementos práticos da nossa vida”. O drama de um patriota que ansiava pelas soluções dos problemas brasileiros, a libertação de um povo marginalizado pela doença, pela ignorância e pela miséria. O drama de um idealista, ante a nossa impassibilidade de “mendigos fartos” e “vadios felizardos”. O drama de um estudioso, que clamava pela conservação das nossas reservas florestais, contra os “fazedores de desertos”. O drama de um sociólogo inconformado com o abandono da Amazônia. O drama de um engenheiro que pedia aos governos que o Brasil se empenhasse numa guerra de cem anos contra as secas. O drama, em suma, de um brasileiro – título que não se recebe, mas que se conquista – unicamente voltado para o seu país, ainda sem rumo, quando não adormecido.

Este, sim, foi a marca do drama de Euclides da Cunha.

Marca que é, em última análise, a do drama nacional de cada um de nós. Daí a atualidade de Euclides da Cunha e da sua mensagem ainda não encerrada, pois ele continua presente nas páginas mais fortes

da literatura do nosso tempo, na obra dos ficcionistas principalmente, que refletem de um modo mais cru e menos alienado a realidade brasileira. Não só no romance social do Nordeste, como no do Brasil Central, a caatinga e os gerais, o apelo de Euclides para uma melhor compreensão do drama do homem brasileiro repercute hoje também no teatro, na obra de um Ariano Suassuna (*Auto da Compadecida*), Dias Gomes (*O Pagador de Promessas*), Francisco Pereira da Silva (*Cristo Proclamado e Chão dos Penitentes*), e de um modo mais impressionante ainda na arte maior que é o cinema, nos filmes que na última década vêm mostrando o Brasil ao mundo, desde o veterano Lima Barreto (*Cangaceiros*) ao jovem Glauber Rocha (*Deus e o Diabo na Terra do Sol*).

É que a arte, senhor presidente (2), quase sempre antecipa a tarefa do historiador, por sua natureza antidramática, e que só é válida após a decantação das paixões e quando o tempo lhe dá a necessária perspectiva para uma equilibrada e serena interpretação do passado. A obra de Euclides da Cunha não foi propriamente a de um historiador, no que este vocábulo possa significar *stricto sensu*. Sendo o vingador do nosso atraso e da nossa miséria, Euclides preparou, no entanto, a história do futuro país, pois em tudo ou quase que se lhe seguiu, na arte e na política, naquilo que perdura de mais positivamente generoso, reivindicador e progressista neste país, encontramos a garra poderosa do autor de *Os Sertões*. Ele foi, na verdade, um criador de história.

2 Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro [N. do E.].